



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
GABINETE DO REITOR  
AUDITORIA INTERNA**

# **RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA N° 02/2021**

## **SERVIÇO DE AVALIAÇÃO**

**AUDITORIA DE GESTÃO DE RECURSOS  
ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS  
DESTINADOS A GRADUAÇÃO, PÓS  
GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E  
POLÍTICAS AFIRMATIVAS**

## RESUMO

A área foi selecionada para ser auditada em decorrência da alta pontuação obtida na avaliação de riscos do PAINT, onde foram identificados riscos relacionados a gestão de recursos orçamentários em vários macroprocessos distintos tais como: Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência Estudantil. O objetivo da ação foi avaliar o processo de planejamento, execução e controle dos recursos orçamentários e financeiros destinados a Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas, bem como as políticas públicas relacionadas. A partir da aplicação das técnicas de auditoria foram identificadas as informações e achados a seguir:

### **Informação 01- Ausência de sistemática de descentralização interna de recursos discricionários.**

O objetivo da ação de auditoria foi avaliar como funciona a descentralização interna dos recursos discricionários da Universidade, no entanto, os exames revelaram que a gestão desses recursos é centralizada na Proplan e que não há descentralização junto as unidades. Os recursos discricionários são direcionados para atender as atividades essenciais da universidade, como o pagamento de contratos e há a ação orçamentária 20GK com destinação específica para fomento do ensino, pesquisa e extensão.

### **Informação 02- Oportunidade de melhorias de controles internos e desenvolvimento de práticas de gestão de riscos em cenário de redução do orçamento**

A UFRB vem enfrentando cenários de contingenciamento e de redução do orçamento discricionário ao longo dos últimos anos. Essa redução do orçamento gera impactos nas ações para manutenção e funcionamento da universidade. Em cenários de restrição de recursos é necessário a melhoria dos controles internos e práticas de gestão de riscos e elaboração de planos de contingência com indicação das ações a serem adotadas pela Universidade.

### **Achado 01- Oportunidade de captação de outras fontes de recursos para financiamento das atividades da universidade**

Os exames evidenciaram baixo montante do orçamento da Universidade aplicado nas ações diretas de fomento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Deste modo, as unidades gestoras dessas áreas podem desenvolver estratégias para captação de recursos externos de forma a minimizar riscos relacionados a insuficiência orçamentária para manutenção de bolsas estudantis e para aquisição de materiais e serviços próprios de desenvolvimento das áreas fins.

**Recomendação 06-** Recomenda-se que a PPGCI e Proext permaneçam envidando esforços para a captação de recursos externos de forma a minimizar riscos relacionados a insuficiência orçamentária para manutenção de bolsas estudantis e para aquisição de materiais e serviços próprios de desenvolvimento das áreas fins.

### **Achado 02- Necessidade de divulgação do orçamento da Universidade em meios institucionais**

Na realização dos exames não foram identificadas informações padronizadas e formalizadas concernentes a gestão orçamentária da UFRB, tais como manuais, planos e orientações internas, o que suscita a necessidade de elaboração e divulgação de planos, documentos e orientações acerca do sistema de orçamento da Universidade, de forma a permitir que a comunidade acadêmica conheça a dinâmica de funcionamento do orçamento.

**Recomendação 07-** Recomenda-se a Proplan, a elaboração e publicação de documentos internos com orientações e diretrizes no tocante ao planejamento e execução de recursos orçamentários na Universidade.

**Recomendação 08-** Recomenda-se a Proplan, a elaboração de documento com informações sobre o sistema de planejamento e orçamento da UFRB, o contexto orçamentário e composição do orçamento para o exercício e a divulgação do orçamento em linguagem de fácil compreensão.

## 1- INTRODUÇÃO

A área foi selecionada para ser auditada em decorrência da alta pontuação obtida na avaliação de riscos do PAINTE, onde foram identificados riscos relacionados a gestão de recursos orçamentários em vários macroprocessos distintos tais como: Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência Estudantil. Além disso, foram apontadas, em outras ações de auditoria, fragilidades na gestão e distribuição dos recursos orçamentários na universidade para as áreas acadêmicas e administrativas.

Deste modo, o objetivo da ação foi **avaliar o processo de planejamento, execução e controle dos recursos orçamentários e financeiros destinados a Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas**, bem como as políticas públicas relacionadas.

Para atingir os objetivos específicos foi realizada a análise referente aos exercícios de 2019, 2020 e 2021. Para isso, foram analisados o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2030 e os Relatórios de Gestão da UFRB relativos ao exercício de 2019 e 2020 e os Relatórios de Gestão da PROGRAD, PPGCI, PROEXT e PROPAAE. Tais documentos foram analisados com o fito de colher informações acerca da distribuição e gestão orçamentária na UFRB em relação a essas unidades.

Foi acessado o Painel Orçamentário, disponível do site da PROPLAN e foi acessado também o SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento) para consulta de informações orçamentárias da Universidade.

Ademais, foi realizada Reunião Preliminar com a Proplan, Prograd e Propaae para compreensão do funcionamento e da dinâmica do planejamento e execução orçamentária e a distribuição de recursos orçamentários na universidade e identificação dos principais entraves e fragilidades existentes no processo.

Por fim, foram emitidas solicitações de auditorias a Proplan, Prograd, Propaae, Proext e PPGCI com vistas a identificar como ocorre o processo orçamentário e a composição do orçamento discricionário e as fontes de receita das unidades com vistas a identificar a aplicação dos recursos nessas áreas.

Assim, na condução dos trabalhos foram aplicadas as técnicas de análise documental para exames de documentos institucionais e informações disponibilizadas nos portais institucionais das unidades; indagação oral e escrita através da realização de reuniões e solicitações de informações por meio de solicitações de auditoria; análise de registros de sistemas governamentais; e circularização através da solicitação das mesmas informações a diferentes unidades com vistas a confrontá-las.

## 2- RESULTADOS DOS EXAMES

### Quadro 01- Resumo das questões de auditoria

Questão de Auditoria	Resposta a questão de auditoria
1- Qual o fluxo processual de elaboração, aprovação da proposta orçamentária da Universidade e execução da Lei Orçamentária Anual e quais são os atores envolvidos nesse processo?	A elaboração da Proposta Orçamentária não é feita pela Universidade, mas pelo Governo Federal. A execução orçamentária e financeira fica a cargo da Proplan. O planejamento e execução dos recursos autorizados via LOA é feito de forma integrada, mediante reuniões periódicas da alta de administração da UFRB a partir das metas e prioridade estabelecidas no PDI e Plano de Reitorado da UFRB.
2- Quais são os mecanismos e critérios adotados pela PROPLAN para distribuição/alocação interna de recursos orçamentários, oriundos da descentralização do MEC, para atender as necessidades das áreas de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas?	Não é realizada distribuição ou descentralização interna, pois o orçamento da Universidade já é aprovado com destinação específica para a Assistência Estudantil através da Ação 4002 e para Fomento das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão através da Ação 20GK. A forma de aplicação dessas ações é definida pelas Pró-Reitorias responsáveis. A ação 20RK é utilizada prioritariamente para pagamento dos contratos para funcionamento da UFRB.
3- Qual o valor do orçamento oriundo da descentralização do MEC destinado para Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas e qual a representatividade desses valores em comparativo com o orçamento total descentralizado para a universidade?	A questão foi respondida na informação 01
4-Quais os montantes e as fontes de recursos utilizadas para financiamento das atividades de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas?	A questão foi respondida na informação 01
5- Qual a estrutura (de pessoal e de setor) das Pró- Reitorias de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas no tocante a gestão de recursos orçamentários?	Todas as pró-reitorias avaliadas possuem unidades e servidores responsáveis pela instrução e abertura de processos de pagamento de forma que a Proplan possa operacionalizar a execução orçamentária.

**Fonte:** Dados da Auditoria nº 02/2021

## 2.1 ACHADOS DE AUDITORIA

### INFORMAÇÃO 01- Ausência de sistemática de descentralização interna de recursos discricionários

De acordo com informações disponíveis na página institucional da Proplan, é competência dessa Pró-Reitoria elaborar e acompanhar a execução do orçamento da Universidade e **estabelecer critérios para a alocação de recursos**. Conforme o PDI 2019-2030 encontra-se em **fase de estudo a descentralização orçamentária que pretende descentralizar os recursos para as Unidades Acadêmicas** (Centros de Ensino) e Administrativas (Pró-Reitorias e Superintendências) de acordo com a **matriz de alocação**.

Ainda de acordo com o Relatório de Gestão 2020 para realizar a descentralização orçamentária é necessário a implementação da gestão de custos com a classificação em grupo de gastos (pessoal, investimentos, outras despesas correntes) e a alocação de custos de acordo com os **critérios definidos na descentralização orçamentária**.

Deste modo, com base nessas informações e na avaliação de riscos quando da elaboração do PAINT, foi realizada a ação de auditoria para compreensão da sistemática de distribuição interna de recursos discricionários para as áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas.

No entanto, em resposta a Solicitação de Auditoria nº 02/2021 a Proplan informou que a descentralização orçamentária continua em fase de estudo, como proposta a ser adotada futuramente, sem maiores avanços, pois *“em reunião com o conjunto de diretores, gerentes técnicos, e todo o staff da Reitoria os gestores não decidiram pela implementação da descentralização”*. Ademais, a Pró-Reitoria também informou que a redução orçamentária imposta a Universidade desde 2017 inviabiliza a descentralização interna, visto que os recursos recebidos são direcionados para garantir as atividades essenciais para o funcionamento da universidade.

Como não há descentralização interna, foi questionado a Proplan quais são os mecanismos e critérios adotados para distribuição/alocação interna de recursos orçamentários, oriundos da descentralização do MEC na Lei Orçamentária Anual, para atender as necessidades das áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas, ao que foi informado que além das outras ações, há a ação orçamentária 20GK com destinação específica para fomento do ensino, pesquisa e extensão.

A unidade ainda informou que o *“orçamento da universidade é direcionado para ensino pesquisa e extensão, pois não existiria nada disso se não houvesse (limpeza, segurança, portaria, energia, água, telefonia, manutenção predial, compra de reagentes, material de expediente, mobiliário) e que “a ação 20GK é usada quase que na totalidade para pagamento de bolsas*

Para avaliar a forma de aplicação de recursos nas áreas fins da Universidade, se fez necessário inicialmente compreender a composição e funcionamento do orçamento da Universidade. O quadro 02 evidencia a composição do orçamento da UFRB em 2019 e 2020, conforme dados do Relatório de Gestão.

#### Quadro 02- Composição do orçamento da UFRB

FONTE	2019	2020
LOA(MEC)	315.714.073,00	322.481.278,00
ARRECADÇÃO PRÓPRIA	1.901.227,15	517.346,27
EMENDAS PARLAMENTÁRES	933.453,00	2.300.000,00
TED	5.697.484,54	10.999.955,99
<b>TOTAL</b>	<b>324.246.237,60</b>	<b>336.298.580,16</b>

Fonte: Relatório de Gestão UFRB (2020)

É possível depreender do quadro 02 que nos dois exercícios, o orçamento da UFRB é formado majoritariamente com recursos da LOA, acrescidos da receita de arrecadação própria, emendas parlamentares e dos termos de execução descentralizada celebrados com outros órgãos para financiamento de ações específicas de custeio e investimento.

A LOA é composta por recursos de aplicação discricionária e obrigatória, conforme consta no quadro 03.

**Quadro 03-** Composição da LOA por discricionária e obrigatória

<b>DOTAÇÃO</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
OBRIGATÓRIA	267.044.963,00	275.431.045,00
DISCRICIONÁRIA	48.669.110,00	47.050.233,00
<b>TOTAL</b>	<b>315.714.073,00</b>	<b>322.481.278,00</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão da UFRB (2020)

Conforme quadro 03 há um cenário de aumento das dotações obrigatórias e de diminuição das dotações discricionárias nos dois exercícios avaliados. A dotação obrigatória é destinada para despesas que o gestor não possui poder de decisão sobre a forma de aplicação, como por exemplo, a destinada para a despesa com pessoal. A dotação para despesas discricionárias é direcionada para ações para a qual o gestor possui poder de decisão na forma de aplicação e que pode ser objeto de distribuição interna, conforme as necessidade de cada unidade, visto que são recursos destinados ao funcionamento e manutenção da universidade e contempladas nas ações de pesquisa, ensino, extensão e assistência estudantil e ligadas também a serviços de terceirização da limpeza e vigilância, serviços de apoio, manutenção de imóveis e equipamentos, energia elétrica e etc.

Ademais, conforme quadro 04 as dotações para as despesas discricionárias se dividem em vinculadas e direcionadas. As vinculadas possuem destinação definida por um objetivo específico, onde o gestor apenas deve aplicar na área pré-determinada, como a assistência estudantil e as direcionadas devem custear o funcionamento da instituição com serviços continuados, serviços terceirizados e investimentos, cabendo a gestão a decisão de onde e como aplicar.

**Quadro 04-** Composição do Orçamento Discricionário da UFRB

<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>Dotação atualizada 2019</b>	<b>Dotação atualizada 2020</b>	<b>Dotação prevista 2021</b>
<b>DISCRICIONÁRIA VINCULADA</b>			
4002- Assistência ao Estudante de Ensino Superior-	10.196.565,00	9.855.995,00	7.853.223,00
20GK- Fomento às ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.296.000,00	1.182.760,00	1.175.040,00
4572- Capacitação de servidores públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	100.000,00	96.657,00	76.574,00
216H- Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agente públicos	80.000,00	75.977,00	63.378,00
00PW- Contribuições a entidades nacionais sem exigência de programação específica	40.000	38.663,00	31.102,00
00OQ- Contribuições a organismos internacionais sem exigência de programação específica	9.000,00	8.699,00	9.751,00
<b>DISCRICIONÁRIA DIRECIONADA</b>			

20RK-Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior- manutenção	36.359.214,00	34.046.653,00	23.143.619,00
8282- Reestruturação e modernização das instituições federais de Ensino Superior	2.175.217,00	1.744.829,00	-

**Fonte:** Relatório de Gestão da UFRB (2020) e informações fornecidas pela PROPLAN (2021)

Dentre as ações apresentadas, a Ação 4002 é direcionada apenas para execução do PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil, cabendo a universidade apenas a gestão e aplicação desse recurso para assistência ao estudante e políticas afirmativas. O quadro 05 evidencia as áreas de aplicação da ação 4002.

#### **Quadro 05- Aplicação do PNAES**

<b>Aplicação do PNAES</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Moradia estudantil	R\$ 1.673.350,00	R\$ 2.185.348,00	R\$ 7.828.193,00
Alimentação	R\$ 2.272.980,00	R\$ 3.531.355,00	
Transporte	R\$ 1.502.570,00	R\$ 1.557.934,72	
Atenção a saúde	R\$ 19.380,00	-	
Inclusão digital	-	R\$ 1.042.803,00	
Cultura	-		
Esporte	R\$ 7.740,00	R\$ 11.610,00	
Creche	R\$ 153.040,00	R\$ 123.220,00	
Apoio Pedagógico	R\$ 721.800,00	R\$ 329.134,28	
Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e super dotação	R\$ 51.747,00	R\$ 31.597,00	R\$ 25.030,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.402.607,00</b>	<b>R\$ 8.813.002,00</b>	<b>R\$ 7.853.223,00</b>

Fonte: PROPAAE (2021)

Com base nos dados fornecidos pelo Proplan, os recursos da ação 4002 foram utilizados em sua maioria para pagamento de auxílio financeiro para alimentação, transporte, moradia, projetos; diárias com servidores; passagens aéreas, locação de imóvel para residência estudantil, material de limpeza para atender o restaurante universitário, material de consumo para restaurante universitário, gêneros alimentícios para restaurante universitário, reforma da residência estudantil, aquisição de equipamentos para programa de permanência qualificada, serviços de pessoa física e pessoa jurídica para assistência estudantil, pagamento de bolsistas, dentre outros.

A Propaae através da Solicitação de Auditoria nº 09.2021 enviou a relação de processos abertos pela unidade para pagamento com a ação supracitada. A Prograd também faz gestão de parte dos recursos da ação através do Programa Incluir, a Solicitação de Auditoria nº 10/2021 encaminhou a relação de processos abertos através da ação 4002 que foi destinado para pagamento de auxílio financeiro a bolsistas do Programa Incluir e do Programa de Monitoria remunerada e para Kit PCD Tecnologia Assistiva.

Destaca-se que os recursos da Ação 4002 devem ser aplicados somente para ações vinculadas diretamente a assistência estudantil e que contribua para o acesso e permanência do estudante do ensino superior, não podendo ter aplicação diversa conforme decreto nº 7234 de 2010, que estabelece em seu artigo 3º que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital,

cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

A Propaae é responsável pela elaboração, execução e acompanhamento dos programas de assistência estudantil, elaboração de editais para seleção de bolsitas e abertura de processos aos beneficiários desses programas. Portanto, é uma ação com finalidade específica e com gestão da Propaae, cabendo a Proplan apenas a execução orçamentária e financeira, não sendo fruto de distribuição interna para as áreas de ensino, pesquisa e extensão, embora beneficie estudantes de graduação vinculado a essa tríade.

Já a ação 20GK é uma ação vinculada de fomento as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O quadro 06 evidencia a aplicação da ação 20GK, por área fim da universidade.

#### **Quadro 06- Aplicação da Ação 20GK no Ensino, Pesquisa e Extensão**

<b>ÁREA</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>ENSINO</b>	545.129,31	452.933,75
<b>PESQUISA</b>	166.608,39	475.545,39
<b>EXTENSÃO</b>	332.199,03	860.553,88
<b>TOTAL</b>	<b>1.043.936,73</b>	<b>1.789.033,02</b>

**Fonte:** Proplan (2021)

A aplicação nessas áreas dar-se-a em despesas inerentes as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como participação em eventos científicos; edição de obras científicas e educacionais; apoio a estudantes em mobilidade internacional; realização de cursos de formação; apoio a melhoria da infraestrutura em ensino, pesquisa e extensão. Essas ações garantem o formento da tríade ensino, Pesquisa e Extensão e possibilita a melhoria das condições de ensino aprendizagem, a relação do estudante com a comunidade e a melhoria da teoria com a prática. No entanto, o valor aplicado nessa ação de fomento, conforme definição do MEC é pouco se comparado com o orçamento total da Universidade e se for considerado que as ações de ensino, pesquisa e extensão é onde se materializa a a atividade fim da Universidade.

Foi solicitada a Prograd, PPGCI e Proext a relação de processos abertos para pagamento de recursos relativos a essa ação orçamentária. A Prograd listou processos para pagamento de auxilio financeiro a bolsistas do programa de monitoria de estudantes com necessidades especiais, serviços de tradução e interpretação de libras. A PPGCI informou requisição para pagamentos de bolsas PIBIC, bolsas PIBIT, anuidade de patentes, pagamento de bolsas do programa de permanencia qualificada na pós graduação e pagamento de tradução de artigos e os processos da Proext se tratam do pagamento de bolsa de extensão e do Projeto Universidade para todos. Destaca-se que a menor aplicação da Ação 20GK dar-se-á na extensão.

Por envolver poucos recursos e precisar atender as necessidades e demandas de várias áreas e unidades, como Pró-Reitorias, Superintendências e Centros de Ensino é necessário fortalecer o controle da gestão desse recurso. Quanto a esse ponto, a Proplan informou *“nos últimos 6 anos a universidade vem cumprindo rigorosamente todas as suas obrigações e ainda realizando investimentos significativos e melhoria de sua infraestrutura física e isto graças ao trabalho de toda equipe (CODIN, COCFI) que tem desempenhado um papel de gestão eficiente do orçamento onde não perdemos um centavo”*.

Os recursos da ação 20RK- Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior- são destinados prioritariamente para pagamento de contratos da Universidade. O quadro 07 demonstra o orçamento utilizado para o pagamento e manutenção de contratos na Universidade.

#### **Quadro 07- Orçamento utilizado para o pagamento de contratos de terceirização e de natureza continuada**

<b>ANO</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Contrato de natureza continuada	9.669.665,16	8.912.322,17	6.146.566,92
Contrato de serviço terceirizado	20.789.719,53	14.739.149,84	13.882.534,56
<b>TOTAL</b>	<b>30.459.384,69</b>	<b>23.651.472,01</b>	<b>20.029.101,48</b>

**Fonte:** Informações fornecidas pela Proplan (2021)

Como é possível extrair do quadro, grande parte dos recursos discricionários são utilizados para o pagamento de contratos de serviços de natureza continuada e contratos de terceirização, que indiretamente atende as necessidades das áreas fins da universidade. Foi questionado as unidades avaliadas acerca da definição das demandas dessas áreas atendidas pelos contratos, ao que foi informado que “ *a tomada de decisão relativa à destinação de recursos discricionários da UFRB para pagamento de contratos de terceirização e de serviços continuados é uma ação decorrente do levantamento de necessidades das áreas afins da universidade, que envolve os gestores da alta administração da UFRB (Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitoras(es), Superintendentes) e da Administração Setorial, em especial as Direções de Centros*”

Foi informado também pelas Pró-Reitorias que decorrente dos cortes orçamentários realizados pelo Governo Federal desde 2017, houve muita redução nos contratos da Universidade, o que restringe a descentralização interna desses recursos, já que eles são aplicados prioritariamente no pagamento de contratos que garantem o funcionamento da Universidade e quando há margem, há aplicação nas ações de fomento.

Sendo assim, os entraves e dificuldades para distribuição interna de recursos para as áreas de pesquisa, ensino e extensão é a limitação de recursos discricionários, o que faz com que os recursos discricionários quando não direcionados para uma aplicação específica como o PNAES, são destinados para o pagamento de contratos de serviços de natureza continuada e contratos de terceirização.

## **INFORMAÇÃO 02- Oportunidade de melhorias de controles internos e desenvolvimento de práticas de gestão de riscos em cenários de redução do orçamento**

A LOA para a UFRB referente ao exercício de 2021 sofreu um corte orçamentário em torno de 22%, se comparado com o orçamento de 2020. Dentre as ações orçamentárias mais impactadas com o corte está a Assistência Estudantil e a ação voltada para o funcionamento da Universidade, que engloba o pagamento de contratos de serviços de natureza continuada e de serviços terceirizados, como é possível observar no quadro 08.

**Quadro 08-** Composição do Orçamento Discricionário da UFRB

<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>Dotação atualizada 2020</b>	<b>Dotação prevista 2021</b>
4002- Assistência ao Estudante de Ensino Superior-	9.855.995,00	7.853.223,00
20RK-Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	34.046.653,00	23.143.619,00
8282- Reestruturação e modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	1.744.829,00	-

**Fonte:** Relatório de Gestão da UFRB (2020) e informações fornecidas pela PROPLAN (2021)

Conforme o quadro 08, é possível observar uma redução, comparada a 2020, na ordem de R\$ 2.002.772,00 na Assistência Estudantil e de R\$ 10.903.034 no funcionamento da Universidade, além da supressão da ação orçamentária voltada para reestruturação e modernização da Universidade com investimentos.

Essa redução do orçamento discricionário, gera impactos nas ações para manutenção da universidade, nas ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas, e também impacta nos contratos de natureza continuada, na execução de obras e na aquisição de mobiliário e equipamentos, e conseqüentemente no funcionamento da Universidade.

Outro ponto que deve ser observado é que o contingenciamento da despesa com liberação tardia dos recursos orçamentários pode concentrar a emissão de empenhos ao final do exercício, sem o tempo hábil necessário para realização das outras fases da despesa, e assim gerar a inscrição de restos a pagar.

A Auditoria de Metas realizada em 2018 já tinha constatado algumas dificuldades na execução orçamentária das receitas discricionárias decorrente do contingenciamento realizado pelo MEC.

Ademais, na reunião Preliminar de Auditoria a Pró-Reitora de Administração fez alguns apontamentos quanto aos efeitos da redução da LOA 2021 na gestão de contratos, visto que já houve muitas readequações dos contratos vigentes de modo a adequar com a autorização de realização de despesa estabelecida na Lei Orçamentária Anual.

Como boa prática de gestão de riscos, na materialização da redução do orçamento é necessário que a Universidade tenha um plano de contingência com as ações a serem adotadas pelos gestores para minimizar os efeitos de contingenciamentos e reduções do orçamento via LOA, contendo informações específicas dos controles que serão adotados: como por exemplo a indicação das demandas de atendimento prioritário; indicação das despesas que serão ajustadas; a indicação dos contratos que serão reduzidos; a indicação das obras e serviços de engenharia que serão suspensos; a indicação de equipamentos que poderão ser adquiridos e a indicação de despesas com prioridade de empenho; indicação de alternativas para captação de recursos.

Em 2021, a Reitoria divulgou uma nota na página da Universidade informando o corte de 22% do orçamento de 2021 e indicando as despesas que poderão ser reduzidas decorrente da limitação de recursos. Tal ação é um indicador positivo de que a elaboração e divulgação de um plano de contingência, formal e documentado possibilita que os gestores e demais envolvidos estejam preparados para os efeitos da limitação de recursos.

## **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA E PLANO DE AÇÃO**

*“Não houve contingenciamento em 2021. Houve um corte em relação a 2020 o que é apenas um fato histórico para fins de comparação de um exercício com o outro. Uma questão importante de ser esclarecida é que não existe relação entre data de realização de empenho e recurso financeiro. Todo recurso financeiro depende da liquidação da despesa. O empenho é um elemento do campo orçamentário enquanto o pagamento é um elemento do campo financeiro. Nenhum empenho é feito se não houver autorização legislativa, após a realização do empenho as demais fases da despesa cumpridas o financeiro obrigatoriamente está assegurado uma vez que o financeiro sequer depende de autorização legislativa.*

*Questão não menos importante é esclarecer que nenhuma autarquia não possui capacidade de pagamento, ela possui uma autorização de realização de despesa estabelecida na Lei Orçamentária Anual. O limite para os contratos é a autorização de gasto estabelecida na loa, observados outras ações de execução fiscal, quando houver.*

*Dito isto esclarecemos que a gestão orçamentária da UFRB desde o ano de 2015 com o deslocamento do núcleo de orçamento da COCFI para a CODIN, de forma a atender o princípio da segregação de funções, vem qualificando ano após ano a gestão dos recursos orçamentários da UFRB. A utilização de ferramentas gerencias (que colecionaremos abaixo algumas telas) a mudança de procedimentos e rotinas administrativas que possibilitam por exemplo anular empenhos dentro do exercício quando de uma aquisição frustrada e direcionar o saldo ara outra frente são exemplo de ações que fazem com que a UFRB mesmo com orçamento na faixa de 12 milhões a menor em relação ao exercício de 2014 cumpra de forma fidedigna todas as suas obrigações e ainda invista em melhoria da infraestrutura física. Com isso dizemos que não existe desperdício.*

*Ouso a dizer que muitas “demandas” realísticas não são atendidas muito mais pela falta de operacionalização de diversos atores, de modo que esta chegue ao ponto de solicitar dotação orçamentária que propriamente pela falta de capacidade orçamentária. Adicionalmente acrescentamos que todas as nossas despesas contratadas já se encontram devidamente empenhadas, portanto, planejadas e ações outras de aquisições e manutenções em andamento. Também registramos que a UFRB, desde 2015, não inicia nenhuma obra sem o total empenho do objeto licitado.*

*Em relação a sugestão de estabelecer priorização de pagamento informamos que a mesma contraria norma legal a menos que a referência tenha sido a que tipo de objeto licitar e posteriormente empenhar. Isto por que até a fase de empenho a discricionariedade permite ao gestor decidir como usar o orçamento, após o empenho e liquidação deve ser obedecida a ordem de pagamentos por liquidação.*

*Abaixo algumas telas de instrumentos gerencias que utilizamos”*

**UFBR** | **PAINEL DO ORÇAMENTO**  
PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO

Orçamento 2021  
Empenhos 2021  
Saldo Empenhos 2021  
Saldo Restos a Pagar  
Arrecadação Própria 2021  
Empenhos Liquidados a Pagar

**Empenhos 2015 a 2020**

**UFBR** **ORÇAMENTO UFRB 2021**

Ação Governo

Tudo

Plano Orçamentário

Tudo

Ação Governo	Plano Orçamentário	Grupo Despesa	Fonte Recurso	PREVISÃO LIBERAÇÃO	PLQA	DOE ATUALIZADA	DESP EMPENHADAS	CREDITO DISPONIVEL
0091-APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	0000-APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6142-COMPRIH PELA PAGO DE RET. LIGAS NAT E OUTROS	TEDE	0,00	0,00	819.407,88	0,00
2006-FOMENTO AS ACDES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO PESQUI	8008-MAIS MEDICOS	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8100-RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	TEDE	0,00	0,00	276.168,00	0,00
0000-CONTRIBUCOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGENCIA DE F	0002-CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO DAS UNIVERSIDADES DE LINGUA PORTUGUESA (AULP)	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100-RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	LIBERACAO IMEDIATA	2912,00	8.828,00	0,00	6.828,00
0000-CONTRIBUCOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGENCIA DE F	0031-CONTRIBUCOES QUE NAO ULTRAPASSEM O VALOR DE R\$ 16.000,00 (QUINZE MIL REAIS)	3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0100-RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	LIBERACAO IMEDIATA	1.048,00	2.825,00	0,00	2.825,00
0090-CONTRIBUCOES A ENTIDADES NACIONAIS SEM	0004-CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS	3-OUTRAS DESPESAS	0100-RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE	LIBERACAO IMEDIATA	14878,00	35.102,00	35.102,00	0,00
<b>Total</b>					<b>35.506.911,00</b>	<b>37.517.687,00</b>	<b>27.498.469,81</b>	<b>11.697.348,94</b>

Grupo Despesa

Tudo

Resultado Primário

2-PRIMARIO DISCRICIONARIO

Fonte Recurso

Tudo

Ação Governo	FORNECEDOR	Ação Governo	Nota Empenho	Plano Orçamentário	Grupo Despesa	Fonte Recursos Detalhada	Saldo Atual
Tudo	A. DE OLIVEIRA SANTOS GAS	4002 ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	2021NE000352	8000 ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR - DESPESAS DIVERSAS	Outras Despesas Correntes	0100	3.374,87
Plano Orçamentário	AG4 SERVICOS EMPRESARIAIS - SIRELI	209K FUNCIONAMENTO DE INSTITUCOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	2021NE000104	8000 FUNCIONAMENTO DE INSTITUCOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - DESPESAS DIVERSAS	Outras Despesas Correntes	0100	156.481,87
Resultado Primário	ANA CAROLINA RABELO DONATO	2006 FOMENTO AS ACDES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO PESQUI	2021NE000160	8000 FOMENTO AS ACDES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO PESQUI	Outras Despesas Correntes	0100	2.480,00
Unidade Resp.	ANTONIO CARLOS SANTANA DOS ANJOS 27118020833	209K FUNCIONAMENTO DE INSTITUCOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	2021NE000030	8000 FUNCIONAMENTO DE INSTITUCOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - DESPESAS DIVERSAS	Outras Despesas Correntes	0100	1.370,00
Fonte Recursos Detalha...	ASSOC NAC SURDINTEC DNE UNCT	0090 CONTRIBUCOES A	2021NE000205	8004 CONTRIBUICAO A	Outras Despesas Correntes	0100	7.816,55
Grupo Despesa	<b>Total</b>						<b>107.440.955,49</b>
Plano Interno							
Tudo							

## ANÁLISE DA AUDITORIA INTERNA

Da resposta da unidade foram feitos os ajustes no texto para adequação dos termos técnicos, como indicado pela unidade, a exemplo da substituição do termo contingenciamento por corte do orçamento em relação ao exercício anterior. Ademais, segue alguns esclarecimentos sobre a manifestação da unidade:

*“O empenho é um elemento do campo orçamentário enquanto o pagamento é um elemento do campo financeiro. Nenhum empenho é feito se não houver autorização legislativa, após a realização do empenho as demais fases da despesa cumpridas o financeiro obrigatoriamente está assegurado uma vez que o financeiro sequer depende de autorização legislativa.”* Em relação a este ponto, essa auditoria esclarece que possui conhecimento das fases da despesa, conforme definido na Lei nº 4320-64 e que o empenho possui natureza diferente do pagamento, mas a discussão da informação achado é no sentido de que o contingenciamento se refere a limitação de empenhos durante o exercício e a liberação, por muitas vezes, no final do exercício, o que faz com que não haja tempo suficiente, por exemplo, para realizar as outras etapas da despesa.

*“Questão não menos importante é esclarecer que nenhuma autarquia não possui capacidade de pagamento, ela possui uma autorização de realização de despesa estabelecida na Lei Orçamentária Anual. O limite para os contratos é a autorização de gasto estabelecida na loa, observados outras ações de execução fiscal, quando houver.”* No tocante a esse ponto, essa auditoria esclarece que o termo *“Capacidade de pagamento”*, foi utilizado no sentido da universidade possuir recursos para honrar com as obrigações junto as empresas contratadas, recursos esses que se referem a despesa fixada e autorizada via Lei Orçamentária Anual.

*“Em relação a sugestão de estabelecer priorização de pagamento informamos que a mesma contraria norma legal a menos que a referência tenha sido a que tipo de objeto licitar e posteriormente empenhar. Isto por que até a fase de empenho a discricionariedade permite ao gestor decidir como usar o orçamento, após o empenho e liquidação deve ser obedecida a ordem de pagamentos por liquidação.”* Informamos em relação a esse ponto que a auditoria não está sugerindo supressão de fases da despesa ou priorização da execução da fase de pagamento de uma despesa em detrimento de outras. A sugestão de *“indicação de despesas com prioridade de pagamento”* se refere a indicar as despesas com prioridade de realização, contemplando todas as suas fases, no sentido literal de realização da despesa, ou seja, definir aquilo que é prioritário para atendimento das demandas da universidade.

Para além dos termos técnicos, a informação trata da discussão da necessidade de fortalecer o planejamento da Universidade para se adequar ao cenário de redução de recursos, cenário esse recorrente nos últimos anos.

Em cenários de restrição orçamentária é preciso que a aplicação de recursos seja mais eficiente e que se aperfeiçoem os controles internos. Para isso, se faz necessário a definição de estratégias formais e documentadas para minimizar os impactos da redução do orçamento, quando da sua materialização, como as destacadas no texto da informação.

De acordo com a manifestação da unidade, *“esclarecemos que a gestão orçamentária da UFRB desde o ano de 2015 com o deslocamento do núcleo de orçamento da COCFI para a CODIN, de forma a atender o princípio da segregação de funções, vem qualificando ano após ano a gestão dos recursos orçamentários da UFRB. A utilização de ferramentas gerencias (que colecionaremos abaixo algumas telas) a mudança de procedimentos e rotinas administrativas que possibilitam por exemplo anular empenhos dentro do exercício quando de uma aquisição frustrada e direcionar o saldo ara outra frente são exemplo de ações que fazem com que a UFRB mesmo com orçamento na*

*faixa de 12 milhões a menor em relação ao exercício de 2014 cumpra de forma fidedigna todas as suas obrigações e ainda invista em melhoria da infraestrutura física.*

*Adicionalmente acrescentamos que todas as nossas despesas contratadas já se encontram devidamente empenhadas, portanto, planejadas e ações outras de aquisições e manutenções em andamento. Também registramos que a UFRB, desde 2015, não inicia nenhuma obra sem o total empenho do objeto licitado.”*

Como a unidade, conforme trecho acima, informou e apresentou algumas comprovações que a gestão de recursos orçamentários têm se qualificado e que a Universidade tem conseguido cumprir suas obrigações e investir em infraestrutura, não serão emitidas recomendações, porém registra-se nesse relatório quanto a necessidade e relevância da melhoria contínua dos controles internos para enfrentamento de situações de restrição orçamentária.

## **ACHADO 01- Oportunidade de captação de outras fontes de recursos para financiamento das atividades da universidade**

Foi solicitado as unidades a indicação dos montantes utilizados para financiamento das ações de ensino, pesquisa e extensão e Políticas Afirmativas, decorrente da LOA, Termos de Execução Descentralizada e Emendas Parlamentares nos anos de 2019 e 2020.

O quadro 09 evidencia o montante de recursos previstos na LOA aplicados nessas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão em 2019 e 2020 e o valor previsto para 2021.

**Quadro 09**– Aplicação dos recursos discricionários da ação 20GK nas ações de Ensino, Pesquisa, Extensão

<b>ÁREA</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>ENSINO</b>	545.129,31	452.933,75	1.175.040,00
<b>PESQUISA</b>	166.608,39	475.545,39	
<b>EXTENSÃO</b>	332.199,03	860.553,88	
<b>TOTAL</b>	<b>1043.936,73</b>	<b>1.789.033,02</b>	<b>1.175.040,00</b>

Fonte: Proplan (2021)

O orçamento discricionário da LOA conforme relatório de Gestão da UFRB (2020) foi de R\$ 48.669.110,00 em 2019 e R\$ 47.050.233,00 em 2020, fazendo com que o orçamento da LOA destinado para as ações de ensino, pesquisa e extensão, através da ação 20GK, represente em torno de 2% do orçamento discricionário da Universidade.

Somado a isso, no tocante as fontes de financiamento, a Propaae, a Prograd e a PPGCI não informaram, em resposta as solicitações de auditoria encaminhadas, outras fontes de financiamento além da previsto na LOA. A Proext informou fontes de financiamento decorrente de emendas parlamentares, tanto em 2019, quanto em 2020.

Foi solicitado à Propaae, Prograd, Proext e PPGCI, a indicação de valores aplicados nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e políticas afirmativas decorrente da captação de recursos por meio de parcerias, convênios, agências de fomento. Em resposta a PPGCI informou a realização de uma TED PROAP/CAPES. A Proext informou apoio e parcerias em projetos de extensão realizados no ano de 2019 e 2020 financiados pelo MDR e MAPA.

Uma alternativa a limitação de recursos discricionários é a arrecadação de receitas próprias da Universidade, que é regulamentada na UFRB pela Resolução Consuni nº 09.2018. Na auditoria realizada em 2019 relativa a gestão de receitas próprias foi identificada a necessidade de maior envolvimento das unidades geradoras de receita no processo de planejamento e aplicação dos valores arrecadados diretamente pela UFRB.

No entanto apesar da necessidade da Arrecadação Própria ser impulsionada, como constatado em Auditorias anteriores, a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 dificulta a possibilidade de aumento da arrecadação, pois veda a abertura de crédito suplementar ou especial que aumente o valor autorizado na LOA, além não liberar o superávit financeiro apurado no exercício anterior decorrente de arrecadação própria. Além disso, o contingenciamento também afeta o valor da receita de arrecadação própria prevista. Deste modo, ainda que haja esforços para aumentar a receita de arrecadação própria, caso ela supere o valor previsto na LOA há inviabilidade na sua aplicação na Universidade.

Deste modo, podem ser adotadas algumas estratégias para impulsionar a captação de outras fontes de financiamento, a exemplo da racionalização no uso de recursos;

- Cooperação entre a UFRB e as Fundações de Apoio;
- Captação de recursos por meio de convênios;
- Captação de novos recursos via Termo de Execução Descentralizada (TED);
- Emendas Parlamentares;

No tocante a cooperação entre a UFRB e as Fundações de Apoio, a Proplan informou que essas ações já são desenvolvidas, no entanto, existem normas legais que dificultam. Quanto a captação de recursos, via TED, a Proplan também informou, que todo TED quando é destinado para execução de uma política descentralizada por um ministério e vincula a execução dos recursos ao objeto, o que muitas vezes gera despesas adicionais para a universidade.

O Relatório de Auditoria nº 01/2020 na área de pesquisa apontou a necessidade de definição de procedimentos básicos para captação de recursos de fontes externas de forma a garantir que o processo de captação ocorra embasado em normativos e orientações prévias. A época a PPGCI informou que a Pró-Reitoria, em conjunto com a Proplan está elaborando o Manual de Captação de Recursos.

Deste modo, frente ao baixo montante aplicado nas ações específicas de fomento as atividades de ensino, pesquisa e extensão, as unidades podem desenvolver estratégias para captação de recursos externos de forma a minimizar riscos relacionados a insuficiência orçamentária para manutenção de bolsas estudantis e para aquisição de materiais e serviços próprios de desenvolvimento das áreas fins.

## **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA E PLANO DE AÇÃO**

### **Manifestação PROGRAD**

*“Em resposta ao solicitado por meio de Achado 01, a Pró-Reitoria de Graduação informa que a captação de outras fontes de recursos não se aplica essa Pró-Reitoria. A PROGRAD não tem mecanismos de captação de recursos externos, haja vista seu papel como órgão de gestão de políticas relacionadas ao ensino de graduação. Nessa condição, os serviços prestados por essa Pró-Reitoria visam a seleção e o ingresso de estudantes bem como o acompanhamento de seu percurso formativo na instituição. Nesse sentido, a preocupação primária está relacionada em assegurar a qualidade dos cursos por meio da observância dos projetos pedagógicos dos cursos às diretrizes curriculares nacionais e ao atendimento de outros normativos nacionais importantes. Além disso, para assegurar essa gestão torna-se importante o desenvolvimento de políticas que garantam a inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas e acompanhamento dos programas e projetos de graduação fomentados pelo Ministério da Educação.”*

### **Manifestação PROPAAE**

*“Em relação ao achado 01 tratado neste relatório de auditoria, sobre a oportunidade de captação de outras fontes de recursos para financiamento das atividades da Universidade, informamos que o ano de 2020 foi atípico dado o contexto de pandemia e mediante a necessidade de assegurar a permanência estudantil. Nessa direção, deve-se considerar que houve suspensão de atividades presenciais e a adoção de atividades remotas emergenciais, implicando na manutenção e ampliação das ações de Assistência Estudantil com vistas a possibilitar a inclusão digital e o não agravamento das condições de vulnerabilidades das/os estudantes da UFRB. Neste sentido, a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantes, apesar da recomendação de captação de recursos*

externos, priorizou o reordenamento de sua atuação, concentrando-se na ampliação da permanência estudantil e consolidou suas ações por meio do orçamento específico do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), disponibilizado para as ações de Assistência Estudantil nas IFES.

*Considere-se que a PROPAAE está em fase de reordenamento administrativo, de fluxos, normas, procedimentos e rotinas, apresenta um quadro efetivo reduzido, implantou recentemente sistema de gestão de dados que ainda se encontra em fase de aprimoramento. Esses fatores são relevantes para a operacionalização de ações estratégicas concernentes ao levantamento de fontes de recursos, elaboração e submissão de propostas de programas e projetos que possibilitem à UFRB a ampliação das fontes externas de recursos para a permanência estudantil.*

*Verificamos que, por um entendimento equivocado da Solicitação de Auditoria 09/2021, informamos apenas o quantitativo de processos referentes aos auxílios financeiros a estudantes. Diante disso, encaminhamos a complementação dos dados referentes aos processos abertos nos exercícios de 2019 e 2020 e dos recursos orçamentários de emendas parlamentares destinadas às reformas do Restaurante Universitário e Residência Estudantil de Feira de Santana.”*

### **Manifestação PPGCI**

*“O Achado 01 do Relatório de Auditoria Interna da UFRB nº 02/2021, que trata de oportunidade de captação de outras fontes de recursos para financiamento das atividades da universidade, considerando a situação de restrições orçamentárias sofridas nos recursos advindos da LOA para realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e na interpretação de que PPGCI também seria uma unidade geradora de receita e que portanto teria um papel necessário de maior envolvimento no processo de planejamento e aplicação dos valores arrecadados diretamente pela UFRB, traz a expectativa de que a PPGCI adote ações para impulsionar a captação de recursos de outras fontes de financiamento, visando minimizar os riscos relacionados à insuficiência orçamentária para manutenção de bolsas estudantis e para aquisição de materiais e serviços próprios de desenvolvimento das áreas fins.*

*Como possíveis estratégias para esse fim, o relatório da Auditoria Interna da UFRB, menciona como exemplos: a racionalização no uso de recursos, a cooperação entre a UFRB e Fundações de Apoio, a formulação de parcerias, a captação de recursos por meios de convênios, a captação de novos recursos via Termo de Execução Descentralizada (TED) e as emendas parlamentares.*

*Em resposta a esse Achado, a PPGCI esclarece que sua atuação, pela sua própria natureza de criação, sempre tem sido voltada ao estímulo e fortalecimento das ações de pesquisa e inovação e desenvolvimento das ações de ensino de pós-graduação. Tal atuação, em um olhar mais amplo às suas atribuições formais estabelecidas no Regulamento da nossa Universidade, evidencia o papel social da UFRB como instituição que visa a formação qualificada de profissionais para as funções públicas e privadas que constroem o desenvolvimento local, regional e nacional, bem como busca estimular a descoberta científica e o desenvolvimento de produtos e tecnologias inovadoras que contribuem para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social.*

*Para que a PPGCI possa melhor desempenhar suas ações para qual ela foi constituída, ela necessita ter atendida condições de infraestrutura, algumas vezes básicas. Dessa forma, as incertezas sobre a disponibilidade efetiva dos recursos financeiros do LOA (incluindo desde a aprovação em Lei, até a sua forma de liberação relativos aos prazos, impeditivos e procedimentos pertinentes para sua execução) e os mecanismos de articulação atuais de planejamento e execução adotados pela universidade (que também sofrem com as incertezas mencionadas anteriormente) fragilizam a construção do planejamento e por extensão a realização das suas ações,*

consequentemente impactando no objetivo final de fomento ao desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e inovação.

Contudo, apesar das dificuldades e entraves enfrentados, tais como o baixo recurso orçamentário disponível, as dificuldades de infraestrutura e de pessoal (com materiais de consumo, materiais permanentes e disponibilidade de serviços básicos limitados, equipe de trabalho reduzida e diversos sistemas necessários que ainda são muito limitados e/ou inexistentes para guarda e gerenciamento de dados) além do recurso financeiro direto de fomento reduzido, a PPGCI tem desenvolvido e apoiado diversas ações voltadas para o desenvolvimento da pesquisa, inovação e pós-graduação, das quais, os incrementos gerados são de difícil mensuração, visto que se tratam de ações que não geram recurso financeiro com entrada direta na conta da Universidade, como é o caso, por exemplo, de bolsas estudantis, as quais, embora tenham concessões de bolsas de iniciação científica, iniciação tecnológica e de inovação para estudantes de graduação da UFRB advindos principalmente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e bolsas de pós-graduação de mestrado e doutorado concedidas pela FAPESB e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de bolsas de pós-doutorado, de projetos, de parcerias de cursos de pós-graduação, dentro outros, os recursos advindos geralmente são repassados diretamente aos bolsistas e pesquisadores e, portanto, não são registradas na conta da Universidade, ficando invisibilizadas. Além disso, há outras ações de parcerias estabelecidas, cujo teor não envolve o repasse financeiro direto, mas o uso compartilhado de infraestruturas e recursos humanos. Essas ações e seu impacto para o desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e inovação não conseguem ser observadas de fato em um levantamento restrito ao mapeamento de ações que tenham resultado no repasse de recurso financeiro direto dentro da conta da Universidade.

Com isso, ressalta-se que a análise das ações desenvolvidas pela PPGCI, e demais ações de desenvolvimento de pesquisa desenvolvidas pelos atores dentro da nossa Universidade precisa ter uma visão mais ampla acerca do seu impacto relativo aos incrementos que elas proporcionam para a redução de custos da Universidade e os benefícios difusos que são gerados para a sociedade, mas que a inexistência de mecanismos de mensuração quantitativa desses benefícios torna tarefa difícil, a coleta de dados que possibilitem subsidiar tal análise.

Atendo-se agora ao foco específico do Achado 01 relativo à expectativa de adoção de ações da PPGCI que culminem na captação de recurso financeiro com repasse de orçamento para a conta da Universidade, apresentamos abaixo, plano formado por ações de execução contínua, que inclusive, já são comumente realizadas pela PPGCI.

<b>Plano de ações da PPGCI ref. ao Relatório Preliminar da Auditoria Interna nº 02/2021*</b>			
<b>AÇÃO A SER REALIZADA</b>	<b>OBJETIVO DA AÇÃO</b>	<b>CRONOGRAMA PARA DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO (OBSERVAÇÕES)</b>
Divulgar editais e oportunidades de fomento à pesquisa	Estimular o aumento do interesse dentre nossos pesquisadores em submeter propostas, visando aumento	Ação contínua, com a divulgação sendo feita mensalmente no site da PPGCI e por e-mail, e extraordinariamente, de acordo com o lançamento de editais com prazos	Conforme já mencionado no Relatório de Auditoria Interna nº 01/2020, esta ação já é realizada pela PPGCI. Com o apoio da Proplan, foi possível adquirir uma licença

	nas submissões de propostas	mais específicos e de cunho institucional	temporária da plataforma Metzer, que nos permite filtrar editais, chamados e outras oportunidades de apoio à pesquisa em abertos. Sendo esses dados divulgados por email aos docentes da UFRB. O site da PPGCI está passando também por constante formulação para melhorar seu layout como um todo, incluindo informações referentes à pesquisa
Apoiar membros da Comunidade Acadêmica na orientação para submissão de propostas a editais de apoio à pesquisa, através de oferta de cursos, realização de palestras e reuniões, além da disponibilidade da equipe para atendimento mais individualizado	Aumentar o número e a qualidade de propostas submetidas, visando maior índice de aprovação e implementação de projetos	Ação contínua, com articulações sendo realizadas durante todo o ano (conforme lançamento de editais)	Além da PPGCI, geralmente o apoio dependerá da presença de indivíduos ou equipe formada por membros da comunidade acadêmica (docentes, estudantes, pesquisadores) e participação de setores diversos da UFRB, em virtude das documentações solicitadas
Realizar palestras e eventos relacionados ao tema do empreendedorismo e inovação para promover maior visibilidade a ações dessa natureza	Estimular o crescimento da cultura do empreendedorismo.	Ação contínua, com atividades sendo realizadas durante todo o decorrer do ano	PPGCI e SEIVA (Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Recôncavo)
Apoiar ações da SEIVA no suporte a empresas de base tecnológica participantes do Programa de Incubação da SEIVA	Estimular empreendedores na criação e consolidação de empresas baseados em tecnologias inovadoras, visando fortalecer o espírito empreendedor e o desenvolvimento com sucesso de empresas inovadoras nas cidades de atuação da UFRB e na região	Ação contínua, com atividades sendo realizadas durante todo o decorrer do ano	A Equipe da CINOVA/PPGCI está envolvida com o atendimento às demandas relacionadas à Incubadora SEIVA

Realizar interlocução com agências de fomento	Garantir a manutenção e o aumento de bolsas de pesquisa e estabelecer parcerias para desenvolvimento de projetos	Ação contínua, com atividades sendo realizadas durante todo o decorrer do ano.	PPGCI
---	--	--	-------

\*O "plano de ação" constitui-se em um conjunto de medidas que cabem à unidade auditada adotar com a finalidade de solucionar os achados identificados pela equipe de auditoria.

### **Manifestação PROEXT**

*“O Relatório Preliminar nº. 02/2021 da Auditoria Interna da UFRB teve o objetivo de identificar como ocorre o processo orçamentário e a composição do orçamento discricionário e as fontes de receita das unidades, entre estas a Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT, com vistas a identificar a aplicação dos recursos na área da extensão universitária.*

*Para tanto, foram solicitadas por parte da Auditoria Interna informações à PROEXT, bem como de análise documental para exames de documentos institucionais e informações disponibilizadas no portal institucional da PROEXT e da Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN, e de reuniões com apresentação dos resultados com indagação oral com vistas a confrontá-las para melhor entendimento.*

*Especificamente para a PROEXT, o referido Relatório da Auditoria Interna da UFRB solicitou um posicionamento com referência ao “Achado 1”, que trata de oportunidade de captação de outras fontes de recursos para financiamento das atividades da universidade, considerando a situação de restrições orçamentárias sofridas nos recursos advindos da LOA para realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.*

*Existe a interpretação de que PROEXT também seria uma unidade geradora de receita e que, portanto, teria um papel necessário de maior envolvimento no processo de planejamento e aplicação dos valores arrecadados diretamente pela UFRB, com a expectativa de que a PROEXT adote ações para impulsionar a captação de recursos de outras fontes de financiamento, visando minimizar os riscos relacionados à insuficiência orçamentária para manutenção de bolsas estudantis e para aquisição de materiais e serviços próprios de desenvolvimento das áreas fins.*

*Como possíveis estratégias para esse fim, o relatório da Auditoria Interna da UFRB, menciona algumas estratégias: racionalização no uso de recursos; cooperação entre a UFRB e Fundações de Apoio; formulação de parcerias; captação de recursos por meios de convênios ou por via Termo de Execução Descentralizada (TED) ou emendas parlamentares.*

*Em resposta a esse Achado, a PROEXT tem o entendimento que sua atuação sempre foi voltada ao estímulo, ao fomento e ao fortalecimento das ações de extensão, enquanto uma atividade acadêmica que estabelece a relação da universidade com outros setores da sociedade de forma dialógica, interdisciplinar, indissociável com o ensino e a pesquisa em articulação com as ações afirmativas, de forma que impacte no processo formativo da comunidade acadêmica e que contribua com as transformações sociais pertinentes no contexto da sociedade brasileira, especialmente a baiana.*

*Tal atuação, em um olhar mais amplo às suas atribuições formais estabelecidas nos marcos legais da nossa Universidade, em consonância com o Artigo 207 da Constituição Federal Brasileira, evidencia o papel social da UFRB como instituição social que visa o processo educacional, científico, tecnológico, artístico e cultural de formação que contribui para a promoção do desenvolvimento local, territorial, regional e nacional.*

*Para que a PROEXT possa melhor desempenhar suas ações para qual foi constituída, há necessidade de estruturas adequadas para melhor desempenho. Importante informar que as Bolsas de Extensão para estudantes de graduação constituídas a partir do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – PIBEX, desde 2009, em consonância com a Lei nº 12.155 de 23 de dezembro de 2009, o Decreto nº 7.416 de 23 de dezembro de 2009 e as Resoluções nº 038/2017 e 006/2016 do Conselho Acadêmico – CONAC, desde 2009, foram garantidas com recursos internos da UFRB, visto que a extensão universitária não tem um programa institucional específico de fomento para essa finalidade, como se tem no âmbito do ensino (PET, PIBID, Residência Pedagógica) e da pesquisa (PIBIC com parte de recurso externo). Para que a PROEXT possa melhor desempenhar suas ações para qual foi constituída, há necessidade de estruturas adequadas para melhor desempenho.*

*Importante informar que atualmente a extensão universitária não possui financiamento por agências nacionais de fomento, ou qualquer outra fonte de recursos, para um programa institucional específico, como se tem no âmbito do ensino (PET, PIBID, Residência Pedagógica) e da pesquisa (PIBIC). A UFRB tem ao longo desses anos garantido com recursos internos as Bolsas de Extensão para estudantes de graduação, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – PIBEX, instituído em 2009 pelo artigo 10 da Lei nº 12.155 de 23 de dezembro de 2009, regulamentado pelo Decreto nº 7.416 de 23 de dezembro de 2009. Este programa é internamente regido pelas Resoluções nº 038/2017 e nº 006/2016 do Conselho Acadêmico – CONAC.*

*Outro desafio é enfrentado é a extinção, desde 2016, da única política pública de fomento de apoio aos programas e projetos de extensão universitária no Brasil: o PROEXT/MEC/SESu, iniciada em 2007, com sua consolidação em 2009. Essa política pública se constituía como um instrumento de abrangência em programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior, com os seguintes objetivos: dotar as instituições federais e estaduais de ensino superior de melhores condições de gestão de suas atividades acadêmicas de extensão para os fins prioritários enunciados nesse programa; apoiar as instituições federais e estaduais de ensino superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão, conforme o enquadramento da instituição, que contribuam para a implementação de políticas públicas; potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações propostas, projetando a natureza das mesmas e a missão das instituições de ensino superior públicas; estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior; contribuir para a melhoria da qualidade de educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares.*

*Dessa forma, as incertezas sobre a disponibilidade efetiva dos recursos financeiros da LOA (incluindo desde a aprovação em Lei, até a sua forma de liberação relativos aos prazos, impeditivos e procedimentos pertinentes para sua execução) e os mecanismos de articulação atuais de planejamento e execução adotados pela universidade (que também sofrem com as incertezas) fragilizam a construção do planejamento e a realização das suas ações, consequentemente impactando no objetivo final de fomento ao desenvolvimento da extensão universitária.*

*Com relação às bolsas de extensão para estudantes de graduação, a PROEXT em articulação com docentes, busca fomentar a participação em programas e projetos financiados por meio de editais públicos, de TED ou de emendas parlamentares. São estratégias que requerem ações de dimensões complexas, desde a convergência entre os interesses das instituições financiadoras com as ações de extensão de interesse da comunidade acadêmica na relação com outros setores da sociedade, bem como de superação de normativas legais que são incongruentes com o tempo e a estrutura operacionais para as atividades de extensão, que envolvem não apenas o processo dessas articulações, mas também com enfrentamento, por exemplo, de limitação da fonte que restringe o*

*valor de captação direta ou de convênios, bem como de atendimento as necessidades de garantia de estrutura de realização de ações da extensão – que muitas vezes são invisibilizadas no tempo e na dedicação para garantia de sua efetivação.*

*Importante destacar que essa dinâmica não envolve apenas a PROEXT, mas também as unidades responsáveis na operacionalização, como a PROAD e a PROPLAN, e nas articulações das atividades acadêmicas conjuntas como a PROGRAD, PROPAAE e PPGCI.*

*A partir deste contexto, a PROEXT afirma que todo esse movimento é de resistência não só da manutenção e do fomento das atividades de extensão universitária, mas da própria universidade para garantia do cumprimento de sua missão, especialmente com o vínculo com a sua comunidade acadêmica e na relação com os outros setores da sociedade.*

*Com isso, ressalta-se que a análise das atividades desenvolvidas pela PROEXT, e sua necessária relação com as outras unidades da UFRB, buscam a apresentação de ações que possam analisar e contribuir com as questões relacionadas com o Achado 1, mas com a posição de que há necessidade de garantia de políticas públicas para a extensão universitária, conforme Quadro 1”.*

**Quadro 1. Plano de Ações da PROEXT - ACHADO 1 - Relatório Preliminar da Auditoria Interna nº 02/2021**

<b>AÇÃO A SER REALIZADA</b>	<b>OBJETIVO DA AÇÃO</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO</b>
Divulgar editais e oportunidades de fomento à extensão.	Estimular o aumento do interesse da comunidade acadêmica em submeter propostas, visando aumento nas submissões de propostas.	Ação contínua por meio de e-mail e de reuniões específicas sob coordenação da PROEXT.	Gabinete e Coordenadorias da PROEXT e do Núcleo de Gestão de Recursos – NUGERE/PROEXT, em articulação com as demais PROGRAD, PROPAAE, PPGCI, PROAD e PROPLAN.
Apoiar membros da Comunidade Acadêmica na orientação para submissão de propostas a editais de apoio à extensão universitária, através de oficinas e de reuniões, além da disponibilidade da equipe para atendimento direto e com orientações e acompanhamento para cumprimento das normativas administrativas e legais para formalização dos instrumentos.	Aumentar o número e a qualidade de propostas submetidas, visando maior índice de aprovação e implementação de projetos.	Ação contínua, com articulações sendo realizadas durante todo o ano (conforme lançamento de editais).	Gabinete e Coordenadorias da PROEXT e do Núcleo de Gestão de Recursos – NUGERE/PROEXT, em articulação com as demais unidades PROGRAD, PROPAAE, PPGCI, PROAD e PROPLAN.
Realizar interlocução com agências de fomento, com Ministérios Federais e Secretarias Estaduais e com parlamentares.	Garantir a manutenção e o aumento de bolsas de extensão e estabelecer parcerias para desenvolvimento de projetos que visem contribuir com o processo formativo estabelecido de forma interdisciplinar na relação com outros setores da sociedade	Ação contínua, com atividades sendo realizadas durante todo o decorrer do ano e depende da convergência entre os interesses das agências de fomento, dos Ministérios, das Secretarias e dos parlamentares (emendas).	PROEXT em articulação com a Reitoria, através do Gabinete da Reitoria e em diálogo com as demais unidades PROGRAD, PROPAAE, PPGCI, PROAD e PROPLAN.

## **ANÁLISE DA AUDITORIA INTERNA**

A partir das manifestações apresentadas pelas unidades relacionadas nessa ação de auditoria apresenta-se as seguintes análises:

As ações apontadas pela PPGCI são estratégias positivas de captação de recursos externos, visto que são alternativas frente ao baixo recurso de fomento direto, mostrando que a Pró-Reitoria já vem envidando esforços no sentido de desenvolver ações que geram incrementos para a pesquisa, pós graduação e inovação, a exemplo das bolsas concedidas aos discentes. A PPGCI elaborou um plano de ação, com ações contínuas que já são realizadas pela PPGCI para captação de recursos.

Da análise da manifestação da Proext, verifica-se, que há a necessidade de estruturas adequadas para que a Proext, possa melhor desempenhar suas funções, sobretudo pelo fato de que a extensão universitária não possui um programa institucional específico para fomento de suas atividades, e também não possui agências nacionais de fomento ou outra fonte de recursos. As bolsas de extensão para estudantes da graduação são financiadas com recursos internos da Universidade, advindos da LOA. A unidade também cita que busca fomentar a participação em programas e projetos financiados por meio de editais públicos, de TED, ou de emendas parlamentares, mas que são estratégias que requerem ações de dimensões complexas e também outras unidades como PROAD, PROPLAN, PROGRAD, PROPAAE e PPGCI. O Plano de Ação elaborado pela Proext contempla as discussões apontadas no achado.

Deste modo, a manifestação das unidades vai ao encontro do achado no sentido da necessidade de estruturas mais adequadas para desenvolvimento direto das áreas fins, e mostrou também que tanto a PPGCI quanto a PROEXT já vem realizando ações para fomentar as atividades de pesquisa e extensão, frente ao baixo recurso autorizado via LOA para aplicação direta na área. As estratégias propostas no plano de ação atende ao proposto no achado. Deste modo, o achado será mantido para acompanhamento futuro, via E-AUD, da execução do plano de ação.

## **RECOMENDAÇÕES**

**Recomendação 06-** Recomenda-se que a PPGCI e Proext permaneçam envidando esforços para a captação de recursos externos de forma a minimizar riscos relacionados a insuficiência orçamentária para manutenção de bolsas estudantis e para aquisição de materiais e serviços próprios de desenvolvimento das áreas fins.

## **ACHADO 02- Necessidade de divulgação do orçamento da Universidade em meios institucionais**

Para realização da Auditoria foi necessário buscar informações sobre o objeto auditado em documentos institucionais e no sítio da Universidade. No entanto, em consulta ao site da Proplan e aos documentos disponíveis nesse site, não foram identificadas informações concernentes ao processo de planejamento, gestão e execução orçamentária para compreensão do processo de gestão orçamentária da UFRB.

Também não foram identificados documentos internos, além do Plano de Desenvolvimento Institucional e Relatório de Gestão, referentes a normas, orientações, manuais e procedimentos relativos a gestão orçamentária e financeira, bem como as responsabilidades e atribuições de cada ator interno no processo de planejamento e execução do orçamento da Universidade.

Tendo em vista a falta de informações documentadas, foi questionado a Proplan através da Solicitação de Auditoria n° 02.2021 como funciona a elaboração, aprovação da proposta orçamentária e execução do orçamento da Universidade e quais são os atores internos envolvidos nesse processo e foi solicitado o envio de fluxograma evidenciando a execução do orçamento da Universidade.

Em resposta a unidade informou apenas que a elaboração e aprovação da proposta é um processo externo a universidade e que a execução orçamentária dar-se-á conforme as fases da despesa pública como dispõe a Lei 4320/64 e que *“em relação as compras as requisições são cadastradas pelos diferentes atores (centros, Pró-Reitoria, superintendências) e a Proplan realiza a liberação quando possível, de modo a permitir que a Proad realize a licitação e devolva a Proplan para realização da execução orçamentária definida na lei 4320/64 e com relação as bolsas as pró-reitorias fins lançam editais de seleção e após a homologação do resultado monta os processos e enviam para realização de empenho, liquidação e pagamento”*. Foi informado também pela Proplan que o *“planejamento e execução dos recursos discricionários da UFRB são realizadas de forma integrada, mediante reuniões periódicas da alta de administração da UFRB com a presença do Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitoras e Pró-Reitores, a partir dos recursos autorizados via LOA. Para tanto, adota-se como parâmetro para tomada de decisão as metas e prioridade estabelecidas no PDI e Plano de Reitorado”*.

No entanto, além de não ter sido enviado o fluxograma do processo, as informações fornecidas são generalistas e não permitem a compreensão de como realmente funciona o orçamento da Universidade, dos critérios técnicos para tomada de decisão, da relação do execução do orçamento com o PDI e com o Plano de Reitorado.

No site da Proplan também é disponibilizado o painel orçamentário por meio da ferramenta da *Microsoft BI* com dados orçamentários da Universidade do período de 2015 a 2021 contemplando a LOA, despesas empenhadas, liquidadas e pagas, dotações de caráter discricionário, obrigatório, de emendas, execução de ações orçamentárias, dentre outras informações orçamentárias. O painel orçamentário é uma ferramenta importante para compreensão pelos usuários do histórico da composição do orçamento da Universidade, no entanto, para que a transparência seja efetiva, é necessário que as informações sejam compreendidas pelo usuário, mas a interpretação dos dados disponíveis no painel só é possível para quem conhece os aspectos básicos do orçamento público.

O Relatório de Gestão divulga também de forma resumida as informações que são divulgadas no painel orçamentário, no entanto só é elaborado e divulgado no exercício seguinte, após a execução dos fatos. Tais achados suscitam a necessidade de divulgações de informações concernentes ao orçamento da UFRB antes da execução através da elaboração e divulgação de um Plano Anual de Gestão Orçamentária, com o objetivo de evidenciar a composição do orçamento para o exercício e apresenta-lo de forma didática e de fácil compreensão para a comunidade acadêmica e

sociedade em geral, além da elaboração de manual de procedimentos e orientações técnicas quanto aos procedimentos internos para execução do orçamento.

O Plano Anual de Gestão Orçamentária pode conter as seguintes informações:

- Fluxograma com indicação de etapas e unidades envolvidas no planejamento e execução orçamentária;
- Funcionamento do sistema de planejamento e orçamento da UFRB;
- Contexto orçamentário atual da Universidade;
- Relação do PDI com o plano de gestão orçamentária;
- Impacto do teto dos gastos na execução dos recursos da Universidade;
- Recursos orçamentários da UFRB disponíveis para execução no exercício;
- Dotação disponível para despesas obrigatórias;
- Dotação disponível para as despesas discricionárias;
- Receitas Próprias;
- Orçamento de investimento;
- Programas de assistência estudantil;
- Programas existentes nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A divulgação dessas informações, através de um plano de gestão orçamentária, possibilita o conhecimento por parte dos usuários do funcionamento do orçamento da Universidade, da metodologia de planejamento e execução e orçamento disponível para ser executado no exercício, além de garantir a normatização e padronização. Ademais, concede as unidades administrativas e acadêmicas informações relativas ao orçamento da Universidade, fluxo orçamentário, e principalmente o orçamento discricionário, objeto de avaliação dessa auditoria.

## **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA E PLANO DE AÇÃO PROPOSTO**

*“A publicação segue o modelo disponibilizado pelos sistemas do governo federal. Entendemos que a técnica de orçamentação é de fato complexa e as vezes de difícil compreensão, até mesmo para quem já possui alguma familiaridade. Estamos discutindo com a equipe uma forma de tentar publicar algo mais palpável para o entendimento daqueles que não possuem muita familiaridade.*

*Em relação a questão do plano orçamentário a própria LOA da instituição, formada por GND, Ação, PO já é um exemplo de plano orçamentário, pois esses elementos já definem qual a categoria do gasto orçamentário. O que estamos tentando é provocar o funcionamento do Comitê de Governança da UFRB para que essa peça possa ser mais detalhado no futuro e aprovada em uma instancia deliberativa. Esperamos lograr êxito, uma vez que a instauração depende da configuração de diferentes atores institucionais.*

*Ainda em relação a publicação registramos que qualquer cidadão pode acessar o SIOP no painel consulta livre e ter acesso ao orçamento de qualquer órgão público, entretanto é preciso possuir conhecimento mínimo para entender os termos técnicos os quais por mais que tenhamos boa vontade não temos como simplifica-los. Existe também o MTO que pode auxiliar na compreensão de alguns elementos técnicos.”*

## ANÁLISE DA AUDITORIA INTERNA

Em resposta ao achado de auditoria a Proplan informou que a “*publicação segue o modelo disponibilizado pelos sistemas do governo federal*” e que “*qualquer cidadão pode acessar o SIOP no painel consulta livre e ter acesso ao orçamento de qualquer órgão público*”, mas o achado se trata do papel da UFRB nesse processo, para além do que é feito em nível de Governo Federal. O achado é no sentido de melhorar a qualidade da informação divulgada na Universidade, justamente para facilitar a compreensão do orçamento por parte do usuário.

A transparência da informação, princípio do orçamento público, não se refere somente a divulgação da informação, mas a sua divulgação em linguagem compreensível para a maioria dos usuários, no caso da UFRB, a comunidade de técnicos, docentes, discentes e a comunidade externa em geral.

Ressalta-se que ao final desse relatório foi feita consulta no painel orçamentário, divulgado no site da Proplan por meio da ferramenta da *Microsoft BI* e já houve alguns avanços no *layout* do painel, a exemplo da explanação dos conceitos e significados dos termos técnicos empregados nos gráficos e tabelas, mais compreensível que o existente à época da execução da auditoria, mostrando que é possível simplificar a linguagem do orçamento.

No tocante ao plano orçamentário, a unidade informou que “*em relação a questão do plano orçamentário a própria LOA da instituição, formada por GND, Ação, PO já é um exemplo de plano orçamentário, pois esses elementos já definem qual a categoria do gasto orçamentário*”, no entanto a discussão do achado não se trata especificamente do Plano Orçamentário da LOA, por grupo de natureza da despesa, mas sim, um planejamento da Universidade com direcionamento de como será executado o orçamento no exercício.

Conforme consta no achado, a sugestão é de elaboração de um plano Anual de Gestão Orçamentária, consistindo em um documento com informações qualitativas, além das quantitativas, que demonstre o contexto orçamentário atual da Universidade, as metas e objetivos do PDI que terão prioridade no exercício, os recursos orçamentários disponíveis para execução, bem como a indicação das áreas prioritárias de aplicação do orçamento.

Tais informações permitem inclusive, que a comunidade acadêmica conheça e compreenda o funcionamento do sistema de planejamento e orçamento de uma Instituição de Ensino Superior Federal.

Para elaboração do plano pode ser feito um *benchmarking* em outras Instituições Federais de Ensino Superior para adoção de boas práticas, adaptáveis a realidade da UFRB, de divulgação do orçamento da Universidade, possibilitando o conhecimento por parte dos usuários do funcionamento do orçamento da Universidade, da metodologia de planejamento e execução e do orçamento disponível para ser executado no exercício.

Destaca-se também a necessidade de elaboração de manual de procedimentos e orientações técnicas quanto aos procedimentos internos para execução do orçamento, com a indicação do fluxo do processo de execução orçamentária; unidades envolvidas; papel desempenhado por cada unidade no processo e dessa forma garantir a padronização dos fluxos, a normatização dos procedimentos internos e o conhecimento por parte de cada unidade de qual a sua participação e responsabilidade no processo e que toda a comunidade conheça o funcionamento do processo orçamentário da Universidade.

Desta forma, o achado será mantido para acompanhamento futuro, via E-Aud.

**RECOMENDAÇÕES**

**Recomendação 07-** Recomenda-se a Proplan, a elaboração e publicação de documentos internos com orientações e diretrizes no tocante ao planejamento e execução de recursos orçamentários na Universidade.

**Recomendação 08-** Recomenda-se a Proplan, a elaboração de documento com informações sobre o sistema de planejamento e orçamento da UFRB, o contexto orçamentário e composição do orçamento para o exercício e a divulgação do orçamento em linguagem de fácil compreensão.

### 3- CONCLUSÕES

O objetivo dessa ação de auditoria foi **avaliar o processo de planejamento, execução e controle dos recursos orçamentários e financeiros destinados a Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas**, bem como as políticas públicas relacionadas. Os exames evidenciaram a composição do orçamento discricionário da Universidade e as ações orçamentárias para aplicação nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas. Os achados apontaram a necessidade de aperfeiçoar os controles voltados para a aplicação dos recursos discricionários, a oportunidade de captação de fontes de financiamento externo, o desenvolvimento de práticas de gestão de riscos para enfrentamento de restrições orçamentárias e a elaboração e publicações de documentos concernentes ao sistema de planejamento e orçamento da UFRB. As recomendações foram voltadas para a definição de estratégias para melhorar a captação de financiamentos externos, para melhoria da qualidade da divulgação das informações orçamentárias e elaboração de manual de rotinas e procedimentos acerca do processo orçamentário na Universidade.

Cruz das Almas, 10 de setembro de 2021

Aline Barbosa de Oliveira  
2323921  
Auditoria Interna

Ciente em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Simea Azevedo Brito Borges  
Chefe da Auditoria Interna